

## Reivindicações por terras indígenas a partir do passado no jornal *Porantim*: década de 1980

*Claims for indigenous territory based on the past in the newspaper Porantim (Brazil, 1980s)*

Laura Oeste,<sup>1</sup> UFRGS

### Resumo

No contexto de abertura política da ditadura civil-militar brasileira, o debate pelos direitos dos povos indígenas foi intenso. Algumas mídias, como o jornal *Porantim*, acompanharam essas articulações e publicaram diversas matérias que traziam uma variedade de discussões. Entre os destaques, estavam as disputas por terra, tema presente durante toda a década de 1980. Para esta escrita, nosso objetivo é analisar um aspecto em comum observado nestas publicações: o uso do passado como uma forma de legitimar o direito ao território. De maneira geral, argumentamos que os materiais veiculados pelo jornal foram muito efetivos em colocar essa questão em seus escritos, apresentando grande diversidade de usos.

**Palavras-chave:** Povos Indígenas; Demarcações; *Porantim*.

### Abstract

In the context of political transition of the Brazilian civil-military dictatorship, the debate about the demands for indigenous was intense. Newspapers like *Porantim* accompanied these articulations through a variety of articles covering different subjects, with an emphasis on demands for indigenous lands were featured throughout the 1980s. Our objective was analyzing a question in common observed: an argument based on the past to legitimize the right to land. Ultimately, it is argued that the writings presented were effective in demonstrating this issue, presenting a diversity of uses.

**Keywords:** Indigenous peoples; Demarcation of indigenous territory; *Porantim*.

### Apresentação

[...] nossas famílias estão passando por um momento de tensão nas relações políticas entre o Estado brasileiro e as sociedades indígenas. Essa tensão não é de agora, mas se agravou com as recentes políticas introduzidas na vida do povo brasileiro, que estão atingindo de forma intensa centenas de comunidades indígenas que nas últimas décadas vêm insistindo para que o governo cumpra seu dever constitucional de assegurar os direitos desses grupos nos seus locais de origem, identificado [...] como terras indígenas (Krenak, 2019, p. 37-38).

No trecho de Ailton Krenak em seu livro *Ideias para adiar o fim do mundo* (2019), o intelectual indígena articula reflexões sobre as dificuldades enfrentadas pelos povos indígenas nas demarcações de seus territórios na atualidade e o cumprimento por parte do Estado de

---

<sup>1</sup> Doutoranda em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Mestra em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Licenciada e Bacharela em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

direitos prescritos na Constituição de 1988. Essas disputas não são recentes em nossa história, estando presentes desde o período colonial; sendo que na década de 1980, no período anterior e durante a Constituinte, existiram diversas mobilizações que articularam os interesses dos povos indígenas em temas como o direito ao território e sua demarcação, autodeterminação, organização social, entre outros, com base nessa longa duração. Essas discussões foram veiculadas em algumas mídias, como é o caso da imprensa alternativa, com destaque para o jornal indigenista *Porantim*, que publica desde 1979 até os dias atuais. O contexto era o das aberturas políticas das ditaduras na América do Sul nos anos de 1960/70, que, respeitadas as suas particularidades, tinham em comum a violação aos direitos humanos. Como colocam alguns historiadores, analisar esse período de redemocratização é importante para combater o esquecimento e valorizar a multiplicidade de atores sociais envolvidos nas movimentações do período (Silva, 2007, p. 245-246), aspecto que concordamos e mais especificamente para o nosso caso, se constitui como uma possibilidade de ampliar o conhecimento acerca dos que participaram da luta pelos direitos dos povos indígenas na década de oitenta.

Durante o levantamento das fontes, observamos que as matérias do *Porantim* tinham alguns aspectos em comum: além do tom de denúncia, característico do jornal, as escritas quase sempre traziam informações sobre o passado do povo ou território, de maneira a situar o leitor na questão das disputas territoriais no longo prazo, podendo em alguns casos essas articulações dialogar com trechos de falas dos próprios indígenas reproduzidas nos textos. Dessa forma, nosso objetivo é analisar justamente esse aspecto: o uso do passado como uma maneira de legitimar e embasar o direito ao território naquele momento. Nossa abordagem foi norteada pela pergunta: como o jornal apresentou e articulou essa utilização acerca do passado e as demandas indígenas por território no período anterior à promulgação da Constituição? Devido ao espaço, nos dedicaremos aos anos 1980 até 1988, em que aconteceram diversas mobilizações pelos direitos indígenas e observamos em inúmeras matérias do periódico uma argumentação pautada no passado de relações entre indígenas e poderes coloniais/estatais. Para esta escrita foram consultadas as edições de janeiro de 1980 até dezembro de 1988 (80 volumes), disponíveis tanto na Hemeroteca do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) como no Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho (AHPAMV). Nossa escolha por esse tipo de documentação se justifica pelas possibilidades oferecidas pelas fontes provenientes da imprensa, como colocou a historiadora Maria Helena Capelato (1988, p. 13-14), que argumenta sobre os periódicos serem uma interessante forma de compreender determinada época.

Em termos de metodologia no tratamento dessa documentação, em seus apontamentos, Capelato sugere partir de questões amplas como: quem são seus proprietários, o seu público, objetivos dos participantes e recursos financeiros. Indo um pouco mais além, como comenta Tania de Luca (2008, p. 118), são necessários cuidados na análise, não devendo se separar os conteúdos dos jornais de seu contexto. Para a pesquisadora, é necessário compreender o periódico em si, como formato, tipo de papel, impressão, padrões de capa, periodicidade, lugar de publicação, a estrutura interna, disponibilidades técnicas e valores sociais, entre outros elementos. Para o apoio de interpretação das fontes, utilizamos a pesquisa da boliviana/aimará Silvia Cusicanqui (2010) sobre os povos indígenas e formas de articulações acerca do passado, entre outros autores. Sendo assim, este artigo foi organizado da seguinte forma: em um primeiro momento, apresentaremos de maneira sucinta o contexto de produção e os envolvidos com o *Porantim*, para então, abordarmos em um panorama dos anos 1980 como o jornal articulou as demandas por território utilizando argumentações a partir das experiências do passado das populações originárias.

### **O *Porantim* nos anos 1980: contexto, estrutura, pessoas**

Ao longo do processo de redemocratização no Brasil, a oposição à Ditadura se organizou de maneira diversa, incorporando as várias vozes que formavam a sociedade civil e pressionando o ritmo de transição; eram formações diversas, desde sindicatos, a Igreja, artistas, universidades, a imprensa, entre outras (Silva, 2007, p. 255-265). Acerca desta última, algumas minorias políticas conseguiram se impor por meio da circulação de publicações críticas, de financiamento e produção próprias e de pequeno porte, sendo identificadas como alternativas devido à sua diferença editorial, em comparação com a grande imprensa, promovendo uma diversificação de temáticas e visões no meio social da época (Schwarcz; Starling, 2015, p. 473-474). Partindo desse contexto, nesta parte da escrita, pretendemos apresentar em linhas gerais, o próprio jornal *Porantim*, pautado nas propostas já mencionadas de Capelato (1988) e De Luca (2008, p. 118).

Olhando mais diretamente para o nosso objeto de análise, ao consultar bibliografia sobre a história indígena que dialogasse com a imprensa alternativa, mais especificamente sobre o *Parantim*, encontramos poucas referências de trabalhos específicos. O jornal aparece de maneira pontual no livro dos antropólogos João Pacheco de Oliveira e Carlos Freire (2006, p. 187) *A presença indígena na formação do Brasil*, no qual trazem um importante panorama de longa duração da história indígena no Brasil. Na escrita, o periódico foi relacionado com as

mobilizações por terra no final dos anos 1970 e 1980, funcionando como um veículo do CIMI, entidade que promoveu entre os anos de 1974 até 1983, Assembleias Nacionais de Povos Indígenas em diversos estados. Esses encontros foram amplamente divulgados em matérias do *Porantim*, principalmente as do ano de 1980, como veremos em nosso segundo tópico.<sup>2</sup>

Em linhas gerais, nas buscas que realizamos nos repositórios de publicações, o jornal foi mais utilizado como apoio bibliográfico nas pesquisas do que objeto de estudo. Provavelmente pelo fato de o periódico ter publicado ao longo dos anos artigos de pesquisadores reconhecidos, contando com nomes como os antropólogos Eduardo Viveiros de Castro e o já mencionado João Pacheco de Oliveira, entre vários outros. A pesquisa mais extensa encontrada foi a da jornalista Regina Vieira, que trabalhou com o jornal em sua dissertação em 1993, publicando como livro em 2000, sob o título *O jornal Porantim e o indígena*. Na escrita ela pautou sua análise em aspectos jornalísticos como categorias e gêneros de escrita nas edições de 1980 até 1991, analisando títulos das matérias e entrevistas com colaboradores. Pensando em um diálogo com o nosso tema, segundo a pesquisadora, as terras indígenas foram apresentadas nos editoriais e títulos a partir de uma abordagem crítica, da defesa e denúncia, respeitando sua linha editorial (Vieira, 2000, p. 49), que pode ser observada no *slogam* do jornal “Em defesa da causa indígena”. Existe ainda um artigo publicado pelos historiadores Edgar Gandra e Felipe Nobre (2016, p. 143-155), no qual os autores analisaram a movimentação dos povos indígenas utilizando como fonte também o periódico, que tiveram como demandas propostas de temática relativas a discussões sobre identidade étnica, direito à terra e fim do regime de tutela. Os posicionamentos ao longo do processo da Constituinte foram diversos, tendo um destaque maior no jornal os candidatos indígenas vinculados à União das Nações Indígenas (UNI). No geral, eles argumentam que o *Porantim* foi um importante espaço de mobilização e pressão política, bem além de ser apenas um meio de informação, e transparecendo os posicionamentos dos organizadores do CIMI e da UNI.

---

<sup>2</sup> O CIMI promoveu, de 1974 até 1983, dezesseis Assembleias Nacionais de Povos Indígenas nos estados do Mato Grosso, Pará, Rio Grande do Sul, Amapá, Roraima, Mato Grosso do Sul, Goiás, Sergipe, Amazonas e Distrito Federal. Os encontros aconteceram durante a ditadura e contaram com algumas dificuldades em que o governo militar impedia a participação dos indígenas e até sua realização (Oliveira; Freire, 2006, p. 188-190). As assembleias que aparecem no jornal a partir de nosso recorte de tema são duas: no ano de 1980, em Manaus e Brasília, e uma em 1983, em Kumarumã, no Amapá. Nas matérias que apresentaremos, estão também presentes as assembleias mais locais, no interior, que aconteciam pouco tempo antes como uma forma de preparação ou levantamento das pautas a serem levadas debatidas nas assembleias maiores.

O Porantim em sua página da internet se apresenta como o jornal impresso do CIMI, entidade ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), tendo seu primeiro volume publicado em 1979, ainda durante a Ditadura. No mesmo endereço eletrônico são disponibilizadas de forma gratuita todas as edições e outras publicações do conselho no espaço chamado de “Armazém Memória”. Em seu início, o jornal era em preto e branco, sendo ao longo dos anos formado por textos, fotografias, mapas, charges. Os exemplares possuíam vinte páginas, mas com a mudança da sede de Manaus (AM) para Brasília (DF), em março de 1982, no número 37, seu formato de diagramação também se transformou, diminuindo para dezesseis páginas e, em 1985, começa a ter as primeiras imagens em cores nas capas. Sua periodicidade é mensal, porém as edições de janeiro e fevereiro assim como as de junho e julho formam um só exemplar, totalizando 10 volumes por ano (Porto Alegre, 2011, p. 80-81).

Sobre a organização editorial, o jornal era formado basicamente por indigenistas, pessoas vinculadas ao CIMI, antropólogos, entre outros; tendo a participação de um representante da UNI, o indígena Ailton Krenak (Gandra; Nobre, 2016, p. 140). Segundo o trabalho já mencionado de Vieira, as mudanças de editores e redatores não influenciaram no posicionamento do jornal, que seguiu com o viés ideológico do CIMI, sendo que o jornal possui uma relação direta com a própria estruturação da entidade na região Norte no final dos anos 1970. A criação do periódico foi discutida em um curso de indigenismo em Manaus, em 1978, com o objetivo de funcionar como um meio de troca de informações entre os missionários que atuavam nas comunidades e de divulgação das circunstâncias nas quais viviam os povos indígenas (Vieira, 2000, p. 33-65).

Em relação à estrutura física, a década de 1980 teve diversas seções, sendo que muitas não eram constantes, e em alguns momentos, elas nem existiram, por isso encontramos matérias avulsas que não estavam dentro de uma divisão específica. Acerca da diagramação: a organização dos textos e títulos nas páginas mudavam constantemente em termos de localização ou tipo de fonte. Praticamente todas as matérias possuem imagens, mas muitas vezes, elas não eram identificadas, ficando a cargo do leitor a relação da imagem com a escrita. O trabalho gráfico em alguns momentos parecia um tanto amador, podendo prejudicar a leitura, seja transbordando o texto na parte central da folha, que engolia parte da escrita com a encadernação, ou nas capas, principalmente quando se começou a utilizar cores, não existindo cuidado com o contraste da fonte e o fundo, tendo, por exemplo, letra verde-escura em um fundo preto, ou fonte amarelo-claro no fundo de papel-jornal. Essas situações podem

ter relação com a falta de condições financeiras, comum aos periódicos da imprensa alternativa nesse contexto (Capelato, 1988, p. 30-33; Schwarcz; Starling, 2015, p. 473-474) e de pessoal especializado dentro da equipe de trabalho (Bessa, 05/1988, p. 13).

A partir do apontado acima, gostaríamos de realizar uma reflexão a partir das colocações da pesquisadora Maurice Mouillaud (2002, p. 29-35) sobre o que ela chama de dispositivo, definido como “lugares materiais ou imateriais nos quais se inscrevem [...] os textos [...]” (p. 34), ou seja, “uma matriz que impõe suas formas aos textos” (p. 35). Para Mouillaud, o discurso de um jornal não é avulso e está inserido nesse dispositivo que contribui para o seu sentido, existindo uma antecedência na relação entre dispositivo e texto, em que o primeiro funcionaria além de um suporte físico, seria uma matriz na qual se inscreve o texto. Resumindo, ela explica que alguns textos que estão fora da norma podem influenciar e deformar esse dispositivo. Voltando para o *Porantim*, percebemos que seus textos não respeitam seu espaço físico, questão observável em muitos artigos e matérias, assim como as capas de manchetes ilegíveis mencionadas. Podemos argumentar que como jornal ele não respeitou a estrutura colocada por Mouillaud, sua escrita parece não ter sido, em muitos momentos, pensada para encaixar no seu suporte, gerando um certo estranhamento no leitor. Porém, nem sempre isso gerou escolhas ruins, fazendo o jornal ofertar abordagens originais e convidativas, como alguns de seus títulos e matérias que apresentaremos.

Acerca do público do jornal, encontramos ao longo da década de 1980 diversas tentativas de ampliar o seu alcance e aumentar as assinaturas, com campanhas voltadas para paróquias e casas de religiosos, para professores de História e Geografia, antropólogos, jornalistas, parlamentares e simpatizantes da causa indígena (Bessa, 05/1982, p. 17). Existia um esforço constante para aumentar os leitores, inclusive com a realização de concursos para premiar quem conseguisse novas assinaturas (*Porantim*, 01-02/1984, p. 17). Em uma matéria de maio de 1988, em comemoração aos dez anos de existência do periódico, com o título de “Um panfleto que virou jornal” (Bessa, 05/1988, p. 13), o jornalista realizou um balanço que resume bem as intencionalidades da publicação

[...] apaixonado, nervoso, entusiasmado, contraditório, demasiado panfletário para o gosto de alguns, cometendo erros e acertos, feito artesanalmente [...] subvertendo noções de jornalismo ensinadas nas escolas de Comunicação Social, mas sobretudo “um jornal em defesa da causa indígena”, um jornal comprometido até o talo com a luta dos povos indígenas e, por isso mesmo, um jornal indignado, enfurecido, como muita fome e sede de justiça: esse era o jornal *Porantim*, criado há dez anos, e que constitui hoje, sem dúvida nenhuma, uma memória viva dos últimos dez

anos de massacres aos povos indígenas, mas também da resistência. A luta continua (Bessa, 05/1988, p. 13).

O recorte acima é interessante porque contempla o nosso período de análise, mostrando um panorama a partir da perspectiva do próprio jornal. O jornalista José Bessa na matéria também explica como os próprios jornalistas tinham acesso às informações que seriam publicadas, sendo em sua maioria produzidas a partir de denúncias enviadas para a redação. Devido a isso, outros jornais da grande imprensa reproduziam escritos direto do *Porantim*, o que ampliava a repercussão e pressionava a ação de alguns órgãos do governo, como a Fundação Nacional do Índio. O jornalista ainda coloca uma pergunta importante que mostra a amplitude de seu público e uma preocupação em se comunicar de forma legível com este: “Como encontrar uma linguagem clara e direta que abrangesse o missionário, o índio, o sindicalista e o mundo acadêmico? (*Porantim*, 05/1988, p. 13). Já introduzindo o tema de nosso próximo tópico, se destaca em sua escrita, o fato dele colocar o jornal como uma “memória viva” sobre os povos indígenas.

### **As demandas por território a partir do passado no *Porantim***

[...] Tudo isso existe desde os primeiros tempos [...]. É por isso que não creio nessas palavras de descobrir a terra do Brasil. Ela não estava vazia! [...] habito a floresta onde viviam os meus desde que nasci e eu não digo a todos os brancos que a descobri! Ela sempre esteve ali [...] (Kopenawa; Albert, 1999, p. 29).

O intelectual indígena Davi Kopenawa (1999) no trecho acima faz uma colocação provocativa, na qual percebemos uma crítica a noção de posse da terra pelo colonizador a partir do argumento de “descoberta”, como se não existissem pessoas morando no território. Em outra exposição sua no material, ele ainda associa o querer se apossar e a forma de ser dos brancos à exploração comercial do território e aos objetos decorrentes, os nomeando de povo da mercadoria (Kopenawa; Albert, 2015, p. 221-253). Olhando para as publicações na década de 1980, o jornal apresentou em suas matérias e capas diversas abordagens que demonstravam ideias semelhantes, abordando a importância do território para os povos originários e uma relação mais existencial com ele, em chamadas como “Terra para viver” (*Porantim*, 03/1980), “Tantas vidas pouco chão” (*Porantim*, 01-02/1981), “Terra é vida” (*Porantim* 01-02/ 1984), entre outras; sendo que o argumento sobre estar no território antes dos brancos e os confrontos resultantes da disputa por essas terras são parte importante da escrita do jornal.

Portanto, nesta parte do texto, apresentaremos e analisaremos as matérias publicadas no *Porantim* entre 1980 e 1988, que tiveram argumentações a partir do passado sobre a temática da terra. Observar os títulos foi importante, pois a partir deles que organizamos nossa consulta ao jornal, realizando uma busca extensiva por palavras-chave nos títulos principais das matérias. Foram separados termos como terra, demarcação, área e possíveis desdobramentos em conflitos como posseiros, invasão, esbulho. No geral, os textos publicados são longos e muito informativos, mas devido ao espaço desta escrita destacaremos apenas alguns mais representativos, respeitando uma amostragem que contemplasse os oito anos analisados. Conforme avançamos, o tema predominante nos títulos das matérias é a Constituinte, o que fez os anos a partir de 1985 terem uma abordagem mais voltada a esse assunto e seus desdobramentos. Dentro deste último recorte, separamos apenas matérias e artigos que traziam a relação do território a partir de uma justificativa do passado.

Logo de início, podemos dizer que a influência de aspectos sobre o passado está presente na própria nomeação do periódico. No primeiro número publicado em maio de 1978 em seu editorial, foi apresentada a motivação da escolha do nome e do símbolo do jornal. *Porantim* tem como significado um pequeno remo no idioma dos Maué antigo, podendo também ser utilizado como uma arma de luta pelo povo Cauaiua Parintintin. No objeto são gravados losangos e gregas que representam as lendas, mitos e origens do povo. O desenho aparece até hoje embaixo do nome do jornal e foi escolhido justamente pelas suas múltiplas funções de trabalho (remo), arma e história/memória, como observamos nessa frase no fim do texto desse primeiro número “*Porantim*-instrumento de trabalho, *Porantim*-arma de combate, *Porantim*-História e em consequência duas vezes arma, porque memória coletiva” (*Porantim*, 05/1978, p. 1).<sup>3</sup>

Para os anos 1980, muitas matérias apresentam em sua escrita um tipo de resumo histórico que contextualiza a situação dos envolvidos. Em um texto de denúncia com o título “*Pró-ácool*, usineiro e Funai tomam terra Potiguara para plantar cana” (*Porantim* 04/1980, p. 4), acerca das dificuldades dos Potiguara na Paraíba em questões como o direito à autodeterminação, problemas com a escolha do chefe de Posto Indígena e a demarcação de terras; foi apresentado um panorama desde o período colonial, com informações sobre o povo,

---

<sup>3</sup> O *porantim* faz parte da cultura material do povo Sateré Mawé, situado na fronteira dos Estados do Amazonas e Pará. É uma peça de madeira de 1,50cm de altura com desenhos geométricos em baixo relevo, coberto com uma tinta branca. O instrumento possui múltiplas funcionalidades em sentido político, jurídico e de cosmologia, possuindo desde poderes de entidade mágica, de “legislador”, como ainda seus desenhos remetem aos mitos de origem, como histórias de guerras, do guaraná, do surgimento dos clãs, entre outras (Lorenz, 2015).



tais como confrontos e massacres realizados pelos portugueses em 1625, uma demografia realizada no período imperial (1875), entre outras; e para situar o leitor sobre a área em disputa, remonta como argumento as sesmarias e seus marcos físicos (de pedra) e na ausência destes, o reconhecimento da prevalência do saber tradicional por parte dos anciãos sobre o tamanho e delimitações do território. Com a demora da FUNAI na efetivação da demarcação, os próprios indígenas a fizeram, o que resultou em repressões.<sup>4</sup>

Em outra matéria “Líderes indígenas dos Purus: Paumari, Jarawara e Jamamadi defenderão terra dos Apurinã”, foram apresentadas falas transcritas das lideranças dos quatro povos mencionados no título, ouvidas em uma assembleia no município de Pauini, Amazonas. Nestas colocações foram destacadas questões interessantes acerca da memória sobre o território e suas tensões com os poderes estatais, que exigem um tipo “físico” de comprovação, o documento. Isto pode ser sintetizado no destaque de uma foto do encontro colocada junto à frase de uma das lideranças dos Apurinã, Lopinho: “[...] cadê documento? Eu disse: índio não precisa de documento. Nós nascemos aqui” (Porantim, 04/1980, p. 6). Em um dos depoimentos trazidos pelo jornal, um dos indígenas mencionou que tentavam de diversas formas tomar suas terras e evitar as demarcações, na fala desta liderança Apurinã, Agostinho, isso acontece desde o “descobrimento” com Pedro Cabral dizendo que descobriu o Amazonas e para o indígena “[...] descobriu nada. O índio descobriu.” (fala destacada) (Porantim, 04/1980, p. 6).

As falas apresentadas pelo jornal na matéria acima dialogam em várias questões com as colocações de Kopenawa (1999) mencionadas na abertura desta parte do texto. Também em diálogo com o intelectual indígena, percebemos ainda uma crítica a forma de compreender o território e as tensões entre uma visão pautada no comércio e um uso e pertencimento mais comunitário, utilizando justificações a partir do passado. Como no caso de uma matéria também de 1980 “Tuxaua Wapixana: fazendeiro não ama a terra e por isso negocia com ela”, que apresentou no texto algumas falas produzidas em assembleias de lideranças indígenas realizadas em Manaus. Entendemos ser importante destacar alguns trechos

---

<sup>4</sup> Sobre a diversidade de povos abordada pelo jornal, os que aparecem com maior frequência são os da região Norte, seguidos do Nordeste e algumas matérias sobre o Mato Grosso, e para o Sul do país, apenas os Kaingang do Rio Grande do Sul. A predominância da região Norte pode estar relacionada ao fato de a Amazônia ter permanecido distante dos surtos econômicos e avanços das frentes colonizadoras. Também existe a questão da discriminação, muitas pessoas não se identificavam como indígenas por receio do preconceito e, nos anos 1980, esse processo teve mudanças, o que pode ter influenciado no “aparecimento” de povos na região que passaram a se identificar como indígenas (Cunha, 1994, p. 124).

O tuxáua [liderança] Flávio de Oliveira [...] explicou: “A terra é nossa e não é emprestada nem alugada. Temos direito de discutir sobre nossa terra, pois dela nós nascemos e não podemos vender [...]. “O índio é índio” – disse outro líder [...] e não pode modificar porque o sangue que corre aqui (apontou para o braço) não pode trocar por outro. Da mesma forma não queremos que a nossa terra, onde estão enterrados nossos avós, seja tomada [...]. Os estudantes bem sabem a história do Brasil. Os índios viveram sem preocupações de invasores, fazendeiros. Os índios eram felizes, vivíamos numa grande alegria e uns ajudavam os outros. [...] Depois chegaram os brancos e começaram a aparecer problemas por cima de problemas (Porantim, 03/1980, p. 6).

Como podemos perceber, foram colocadas na matéria algumas críticas ao comércio do território, seja pela venda direta da própria terra ou o seu uso na criação de gado. Dentro desta problematização, percebemos um apelo histórico de fundo mais emocional apresentado pelo indígena, sobre o viver um passado sem preocupações com invasores, felizes e de amparo mútuo entre os povos. A argumentação foi estabelecida a partir de uma comparação entre o branco que não ama a terra e o indígena que a tem como um membro da família, como uma mãe ou filho; ou seja, impensáveis de serem vendidos ou trocados em transações comerciais. Ainda é enfatizada a importância e a ambiguidade das demarcações, estabelecendo uma comparação entre um passado no qual isso não era necessário e a necessidade imposta e criada pelos ditos “civilizados” (Porantim, 03/1980, p. 6).

De maneira geral, diversas matérias do ano de 1980 traziam um panorama histórico aprofundado do território, colocando os diversos enfrentamentos que a população de determinada localidade apresentada viveu desde o início da colonização. Os anos seguintes seguem esse padrão argumentativo, em alguns anos de maneira bem tímida, podendo ser resumindo na inserção de frases pontuais no texto como “Hoje, após 500 anos de resistência, os grupos sobreviventes lutam para garantir uma pequena parcela de seu antigo território” (Porantim, 03/1984, p. 14); e outros com várias matérias que já mostram no título essa relação com o passado, como em 1982, que apresentaremos logo adiante. Interessante destacar que essa simplificação ocorreu em várias frentes do jornal, que passou a ter uma linguagem mais direta e acessível, quando comparada aos escritos anteriores que eram longos e informativos em detalhes, alguns quase artigos de características acadêmicas, o que se justifica quando pensamos no público-alvo do jornal. Essa mudança é mencionada pelo próprio periódico em uma matéria, que realizou um balanço pelo seu conselho editorial, do qual participaram: o bispo Dom Tomás Balduino; o assessor da Comissão Pastoral da Terra, Pedro Tierra; da UNI, Ailton Krenak; do CIMI Norte II, Nelio Rufaldi e outros secretários do CIMI; foram estabelecidas mudanças no enfoque do jornal com o objetivo de dialogar de maneira mais

produtiva com a atuação do movimento indígena. Na escrita também foi colocado o interesse do Porantim em atingir um público mais amplo, incluindo os participantes de movimentos populares (Porantim, 06-07/ 1984, p. 18).<sup>5</sup>

Acerca do último ponto, podemos ainda dizer que o uso de informações sobre o passado foi uma maneira de dialogar com seus leitores, formado por antropólogos, historiadores e outras áreas acadêmicas (Bessa, 05/1988, p. 13), como também com os próprios indígenas que apresentaram essa argumentação nas entrevistas inseridas nas matérias, porém de forma mais pessoal e emotiva. Sobre isso, existem variadas discussões relativas a um significado mais amplo da territorialidade, incluindo aspectos relativos à saúde, corporalidade e a própria vida. Esse aspecto pode ser observado em posicionamentos atuais dos povos indígenas, como na Marcha das Mulheres Indígenas, de 2019, ocorrida em Brasília, na qual encontramos falas parecidas com as do jornal, como “A vida e o território são a mesma coisa, pois a terra nos dá [...] alimento, nossa medicina tradicional, nossa saúde e nossa dignidade. Perder o território é perder nossa mãe. Quem tem território, tem mãe [...]” (2019, s/p). Especialmente esse enxerto que destacamos é parecido com a capa de maio de 1980 e as entrevistas das assembleias (Porantim, 03/1980, p. 6; Porantim, 04/1980, p. 6).

Em 1982 foi publicada uma edição especial com um dossiê sobre a temática da terra. Além dos vários assuntos que nortearam as escritas como críticas ao governo, exploração do território por agentes privados; entre essas matérias constam algumas que explicam a importância de uma abordagem que valorize o passado nas justificativas de embasamento para as reivindicações das demarcações. Como é o caso de “Na Amazônia, o progresso que não respeita origens” (Porantim, 01-02/1982, p.12) e “Wapixana, à luta” (Porantim, 01-02/1982, p. 13). Na primeira, ao mencionar diversos povos do Norte e Nordeste, o passado é mostrado para lembrar o quanto a proteção às populações indígenas foi problemática ao longo da história: “Após quatro séculos de uma ardilosa proteção possessória, os índios foram despojados de quase todas as terras que tivessem qualquer valor”; e como o direito a terra remonta a conquistas passadas “Das terras doadas por D. Pedro II [...]” e “[...] recebidos como recompensa pela participação na guerra do Paraguai [...]” (Porantim, 01-02/1982, p.

---

<sup>5</sup> Houve tentativas por parte do jornal de estabelecer um diálogo com os trabalhadores rurais pobres, com diversas matérias nas quais se destacavam esses sujeitos. Porém, isso não foi contínuo ao longo dos anos analisados e poderia mudar de acordo com a situação. No caso, existiram tensões dentro das discussões sobre a Reforma Agrária, mais dominantes a partir da metade da década de 1980, críticas a concentração latifundiária e a exploração da mão de obra de sujeitos subalternizados, mas podendo entrar em conflito com as populações indígenas e seu território, como no caso dos posseiros. Algumas destas matérias, traziam colocações propostas a partir da Teologia da Libertação, que colocava a necessidade da união entre os mais pobres e fazia parte do posicionamento de muitos colaboradores do Porantim, especialmente os religiosos.

12). Já na segunda, foi apresentado um histórico bem detalhado em um subtítulo “Uma história de combates”, com texto que contempla desde o século XVI, com explicações sobre as transformações nos limites territoriais colocados pelos enfrentamentos com os vários colonizadores na região (Porantim, 01-02/1982, p. 13).

Na mesma edição temática, a retomada histórica também contemplou a legislação indigenista em uma matéria acerca da dificuldade de obter informações junto aos órgãos do governo da época. Como é o caso de “Direito legalmente aceito. Adianta?” (Porantim, 01-02/1982, p. 15), em que foram relatados os obstáculos para saber quais terras estavam em processo de demarcação, sendo colocado um histórico dos vários alvarás/decretos/Constituições de 1891 e 1969 sobre o direito a posse de terras. O material teve como base as colocações do antropólogo Darcy Ribeiro e seu levantamento cronológico sobre a legislação brasileira e a situação do indígena.

Para o período da Constituinte (1985-1988) o enfoque do jornal passou para as mobilizações dos povos indígenas em articular suas demandas no processo junto ao Estado. Mesmo assim, neste contexto, observamos que permaneceram as inserções no texto sobre o direito ao território a partir do passado. Como é o caso da matéria “Kaxinawá e Kulina se unem e demarcam terras” (Porantim, 01-02/1985, p. 7), na qual a iniciativa é apresentada como a primeira na história do Acre em que dois povos se uniram e realizaram uma autodemarcação. As informações da escrita foram reproduzidas a partir do depoimento do tuxaua (liderança) Pancho, da aldeia Kaxinawá de Recreio. Em suas falas selecionadas pelo jornal, além das críticas sobre a atuação e inércia da FUNAI, o indígena rememora a importância da terra na sobrevivência dos seus, justificando o direito ao reconhecimento do território pelo fato de antes do “descobrimento” os índios já estarem aqui. No fio dessa argumentação, Pancho realiza ainda uma crítica pertinente a uma ideia recorrente do momento, sobre os povos originários terem muitas terras para poucas pessoas “Ah, índio tem muita terra, pra que [...]? E o fazendeiro, só uma família tem 500 mil hectares, só uma família e não tem reclamo [...]. E nós que somos muitos? [...] o branco acha ruim” (Porantim, 01-02/1985, p. 7). Em específico sobre esta questão, pontua a antropóloga Manuela Carneiro da Cunha (1994, p. 125-126), que as alegações sobre o tamanho das terras indígenas foram comuns na década de 1980, e sem fundamento, já que segundo alguns levantamentos realizados pelo INCRA na época, para citar um exemplo, algumas madeireiras como a Manasa possuíam territórios maiores do que países como a Bélgica e Holanda juntas. Nesse

sentido, podemos dizer que o *Porantim*, além de trazer uma base histórica, estava engajado em problematizar as críticas estereotipadas que eram comuns no momento.

No ano de 1985, em termos gerais, as publicações procuraram estabelecer comparações históricas de forma mais formal e organizada. Como em “A longa luta dos *Xakriabá* para recuperar suas terras” (*Porantim*, 04/1985, p. 12), em que foi apresentado um quadro cronológico das discussões e decretos sobre a terra em toda a América. Trazendo informações desde os astecas, discussões do período colonial sobre os indígenas, sobre a vida do jesuíta Bartolomé de Las Casas, até a colonização portuguesa que reconhecia “os indígenas como primeiros ocupantes e donos naturais destas terras” (*Porantim*, 04/1985, p. 12), entre várias outras informações históricas presentes no texto, como o direito a terra a partir de uma “doação” da coroa portuguesa como pagamento pela participação na guerra do Paraguai, em 1728. A estrutura se repetiu em outras matérias, no quadro chamado de “Cronologia da conquista e da resistência na *Ameríndia*” com outras datas e fatos históricos, como um decreto de 1755 no qual Portugal declarava livre todos os índios e a propriedade de terras que estivessem habitando (*Porantim*, 06/1985, p. 13). Em linhas gerais, a relação dos povos abordados na escrita e as informações do quadro nem sempre eram diretas, muitas vezes apenas da mesma região sem informações sobre o povo, nos parecendo uma tentativa de relacionar questões mais estruturais sobre os indígenas do Brasil com o restante da América, para além da seção específica que o jornal apresentava, a chamada *Ameríndia*.

Acerca da seção *Ameríndia*, ela foi uma constante em todas as edições, trazendo informações sobre a luta indígena em vários países da América Latina. Sobre a motivação da existência dessa divisão, podemos retomar o colocado por Vieira (2000, p. 96), que elencou entre os principais objetivos de atuação do jornal, a elaboração de uma articulação entre as demandas da causa indígena em todo o continente americano. No geral, a estruturação das matérias nesta parte é bem parecida com as outras, tendo destaque as discussões sobre demarcações e as articulações envolvendo estas, denúncias de invasão do território e problemas de seu reconhecimento por governos e particulares, e percebemos a continuidade de um esforço em situar e justificar no passado o direito ao território e o povo envolvido, assim como acontecia nas publicações sobre o Brasil. Por exemplo, em uma matéria sobre o Peru “Com apoio de *Belaunde* empresas invadem terras da nação *Campa*” (*Porantim*, 06-07/1980, p. 17), o jornal apresenta as tensões entre grandes empresas, especificamente serrarias e madeireiras, e o povo *Campa*. Além de situar o contexto político envolvido, foi publicado um panorama histórico da ocupação das terras desde o século XIX. Em setembro de

1980, em uma escrita de título irônico “Louvado seja Deus!” A Shell tomou as terras dos índios” (Porantim, 09/1980, p. 15), divulga de maneira pormenorizada e informativa a situação do povo Auca no Equador e na Colômbia. Apresentando um parágrafo inteiro voltado para situar o povo e seus conflitos históricos, desde os espanhóis, jesuítas, seringueiros; e especificamente desde 1948 as tentativas da Shell em explorar o território. Em uma edição de 1982, uma matéria sobre os Mapuche e sua conturbada relação com o governo da ditadura de Pinochet no Chile ocupou no jornal duas páginas inteiras, com fotos, uma lista de reivindicações e um mapa com a situação do território quantificado em hectares do ano de 1540 até 1979. O texto apresentou detalhes da situação do momento com a ditadura, de decretos que visam acabar com a propriedade comunitária do território, com diversas inserções do histórico de disputas desde a conquista (Moura, 12/1982, p. 8).

Voltando para as seções gerais do Porantim, para os anos de 1987 e 1988 são produzidas diversas matérias acerca das complexas discussões envolvidas no anteprojeto da Constituinte, contudo, o jornal focou sua narrativa nos desdobramentos políticos, de quem apoiava ou não os interesses indígenas, como mencionado pelos historiadores Gandra e Nobre (2016), chegando a organizar listas de partidos e deputados contra ou a favor. Sobre a temática desta escrita, a principal discussão apresentada pelo jornal foi entorno do reconhecimento originário das terras indígenas e a possibilidade de exploração estrangeira do subsolo, portanto as matérias têm uma abordagem mais pautada na denúncia e não tanto na justificativa.

De forma geral, podemos argumentar a partir do colocado nesta escrita que a abordagem utilizada pelo jornal ao longo dos anos, em praticamente todas as matérias consultadas, foi o uso do passado caracterizado pela inserção e diálogo com falas de entrevistados indígenas e informações históricas da relação dos povos originários relatados na escrita com os governos de determinada época, sejam coloniais, do Império ou do período republicano. Ou seja, podemos dizer que o passado foi utilizado como uma maneira de justificar e embasar as demandas por terra do momento. Sobre a importância do passado para o jornal e sua reiterada utilização na narrativa das matérias, retomamos que essa valorização pode ser observada desde a primeira edição, na escolha do nome e simbologia do jornal, já que o Porantim em si como objeto é um instrumento com função memorialística, além de arma (Porantim, 05/1978, p. 1). Assim, gostaríamos de trazer reflexões das pesquisadoras Ludmila Catela (2017), Silvia Cusicanqui (2010) e Aleida Assmann (2011), que julgamos pertinentes.

Em artigo, a antropóloga argentina Ludmila Catela (2017, p. 426-442) propõe uma compreensão acerca do passado pautada em dois tempos distintos, de uma memória curta e outra longa. A autora investiga as relações e distinções entre essas formas, percebendo as tensões dos relatos que mobilizaram uma memória oral (uma temporalidade de memórias locais) e o domínio do escrito (memórias “enquadradas”), sendo possível nessas diferenças observar de maneira mais destacada a atuação dos sujeitos subalternizados. A pesquisadora constrói sua proposta teórica a partir da ditadura argentina (1976-1983), na qual a experiência autoritária foi compreendida dentro de uma comunidade específica analisada como uma continuidade da violência partindo do Estado e não uma ruptura, como geralmente é abordada nas análises. Segundo a antropóloga, é neste olhar ao passado com a percepção das divergências entre esses dois tipos de memórias, que são vislumbradas as resistências e estratégias dos sujeitos com menos capital econômico e simbólico e suas formas de colocar/impor os seus relatos no meio social. No contexto local analisado pela autora, a população entendia uma continuidade na violência exercida ao longo do tempo, sem grandes distinções com o período anterior ao da Ditadura (Catela, 2017, p. 436-437).

Essas questões colocadas pela pesquisadora são interessantes para se pensar sobre os povos indígenas no Brasil e uma permanência na abordagem violenta, acrescentando a questão assimilacionista, ao longo dos períodos históricos, desde o colonial, imperial e republicano, sem distinções muito específicas entre as mudanças e transformações políticas e sociais entre eles. As perseguições aos povos indígenas foram uma continuidade, e este aspecto foi bem introduzido na escrita das matérias do jornal. Partindo disso, nas publicações apresentadas até o momento percebemos que o Porantim apresenta a luta pela terra das populações indígenas de maneira parecida com a colocada por Catela (2017), numa temporalidade de tensões entre memórias curta e longas, e com valorização dos aspectos orais, que entende a experiência desde os primeiros anos da colonização como uma extensa continuidade, na qual o próprio tratamento e reconhecimento recebido pelos indígenas permanece o mesmo, com base na violência. Nesse sentido, pensando mais diretamente nas populações indígenas e essa mobilização sobre o passado, o trabalho da boliviana aimará Silvia Cusicanqui (2010) apresenta algumas reflexões mais específicas que ampliam nossas discussões.

Em uma proposta teórica que também compreende a memória de maneira dupla, Cusicanqui analisa como a memória coletiva sobre o passado colonial na Bolívia, em específico de uma liderança, movimenta e influencia os posicionamentos mais atuais,

resumidamente: olhando para o passado como forma de caminhar no presente e futuro (2010, p. 211-212). A autora elaborou sua reflexão a partir da situação dos jovens Aimará dos anos 1960 na Bolívia, que se sentiam estrangeiros no próprio país, devido as discriminações, hostilidades e a forma degradante pela qual o Estado boliviano os tratava. Mesmo em um contexto de uma incorporação formal dos povos originários existia uma forte narrativa integracionista e homogeneizante. Nessa situação, essa geração observou no passado uma possibilidade de reelaboração a partir de uma visão cíclica sobre a percepção histórica, comum aos povos andinos de influência incaica, e que também entendia a situação colonial como uma continuidade de opressões. Assim, existe uma organização em uma memória longa, que englobam as lutas anticoloniais desde o século XVIII e condutas éticas pré-hispânicas, e uma memória curta, elaborada a partir de 1952 nas lutas revolucionárias locais.

Mesmo com diferenças de povos e contexto das autoras, para o caso dos materiais elaborados pelos jornalistas do Porantim, nas falas transcritas em algumas matérias, os próprios indígenas articularam suas argumentações sobre o direito aos seus territórios e as demarcações destes, a partir de uma relação cíclica e de continuidade com o passado de desapropriações, aspecto que também foi destacado nas discussões da Constituinte, mesmo que de maneira mais sutil, como comentamos. Trazendo alguns exemplos dentro de casos já citados, destacamos o da assembleia de apoio aos Apurinã, em que a liderança expõe a continuidade do roubo das terras do seu povo desde Cabral e de que não precisa de documentos para comprovar o seu direito ao território, já que nasceu no local, assim como os outros indígenas da região (Porantim, 04/1980, p. 6). Pontuamos também que os sujeitos particulares, especialmente interessados nas disputas territoriais, como fazendeiros e mineradoras, também são encaixados em uma grande continuidade de violência, que parte desde o período colonial e de variados agentes. Outra questão que se pauta no passado, é uma forma de resistência a partir da utilização de instrumentos produzidos pelos próprios poderes coloniais e governo, como no caso do uso da documentação histórica pelos indígenas como forma de comprovar os seus direitos a terra (Porantim, 08/1980, p.7), utilizando a lógica do sistema que os oprime contra ele mesmo.

Na leitura percebemos ainda uma ideia de um passado moralmente mais positivo, como colocado na assembleia Wapixana, de um passado sem preocupações, feliz e de apoio mútuo, no qual a terra é compreendida como um membro da família, em contraposição a um presente que explora a terra comercialmente sem responsabilidade e respeito, seja a vendendo ou arrendando para a criação de gado (Porantim, 03/1980, p. 6). Este último ponto dialoga



com as colocações de Cusicanqui (2010), dentro da ideia de uma memória longa com a valorização de condutas morais pré-coloniais. Mesmo considerando que as falas dos indígenas eram selecionadas editorialmente, argumentamos que para o caso do jornal, seus colaboradores conseguiram agregar bem essas questões em suas matérias, proporcionando um destaque destas na escrita e até nos títulos ao longo dos anos analisados.

Como estamos analisando a forma pela qual o jornal apresentou o passado e as demandas indígenas por território, precisamos estabelecer como se deu a utilização da História e da memória no periódico, pois nos parece que as duas foram articuladas em conjunto nas matérias, quando isso foi possível. Nesse sentido, a pesquisadora alemã Aleida Assmann (2011, p. 143-156) estabelece alguns pontos interessantes entre os limites da história e memória em termos de uma possível incorporação da segunda pela primeira. Ela critica várias questões, especialmente uma polarização entre as duas, defendendo a possibilidade de trabalharmos com uma forma que elas não se excluam ou se choquem, entendendo a memória e a História como dois modos complementares de recordação. Nesse pensamento, são distinguidos uma memória funcional caracterizada por referências ao grupo, vinculação a valores e orientação ao futuro; e uma memória cumulativa, das ciências históricas, uma memória das memórias (p. 147).

Em linhas gerais, podemos dizer que o *Porantim* articulou História e memória de maneira complementar e não oposta, porém, em alguns momentos, a escrita do jornal utilizou mais a primeira do que a segunda nas suas produções, apesar de que, mesmo assim, conseguiu apresentar uma História que valorizava os indígenas em termos de existência e problematizava um senso comum que os ignorava historicamente, aspecto parecido com o mencionado por Cusicanqui (2010) sobre a Bolívia. No caso das entrevistas trazidas nas matérias, os próprios indígenas articularam, em alguns momentos, um uso mais relacional da memória e da História, para defender suas demandas pelo território. Em outros recusaram, colocando a oralidade da memória acima da História apresentada pelos documentos. Nesse sentido, não existiu um padrão no uso do passado apresentado pelo jornal, pois ele incorporou a própria heterogeneidade das experiências dos povos indígenas, bem como devido as suas características de um jornal da imprensa alternativa elaborado por inúmeros colaboradores de diferentes áreas e visões, como estabelecemos na primeira parte desta escrita.

Diante das colocações acima e articulando algumas questões mais atuais, podemos pensar nessa utilização do passado realizada pelo jornal a partir de algumas colocações do historiador Christophe Bouton (2016, p. 271-283) sobre memória e passado na França, em

que o pesquisador apresenta o debate em torno do “dever de memória”. O conceito possui um significado amplo, desde a obrigação da lembrança sobre eventos sensíveis como guerras e genocídios, o não esquecimento das vítimas, sendo mais precisamente para o pesquisador uma forma de responsabilidade para com o passado, que também é uma responsabilidade com o futuro. Pensando na maneira de trazer um uso do passado comprometido com o presente, a problemática do direito ao território e sua demarcação seguem ainda hoje, como destacado no trecho de abertura desta escrita (Krenak, 2019, p. 37-38) e nas discussões jurídicas do presente em torno do direito a terra, com as tentativas de impor um marco temporal para as demarcações, considerando apenas os indígenas que estivessem no território a partir em 5 de outubro de 1988, ignorando todo o passado e história dos povos indígenas brasileiros (Sabaru, 2022).

### **Considerações Finais**

Ao longo desta escrita foi apresentada a maneira pela qual as matérias publicadas no jornal *Porantim*, entre os anos de 1980 e 1988, destacaram aspectos relativos ao passado dos povos indígenas e as demandas por terras. Partimos para analisar esse aspecto, pois na leitura inicial da documentação foi o que mais se destacou, sendo uma forma de articulação presente em praticamente todas as produções do periódico sobre o Brasil e outros países latinos. Essa argumentação também pode ser observada nas transcrições das falas de lideranças indígenas, principalmente em assembleias do início dos anos 1980, reproduzidas pelo jornal. Retomando nossa pergunta de início, podemos colocar que o *Porantim* articulou o passado pautado em diversos aspectos pautar a legitimidade das reivindicações por demarcações e o direito ao território no presente das publicações do jornal, estes foram organizados em: nas disputas e em uma continuidade na violência praticada com os poderes de diferentes tempos (colonial, Império e república), foram também observadas questões mais sensíveis pautadas pela memória e diferentes formas de conceber o território; resumos de fatos históricos da localidade e povos que nela vivem, tendo a possibilidade de dialogar questões locais com aspectos mais estruturais e com as experiências de outros países da América Latina. Ou seja, não existiu um padrão único nos usos que o jornal fez do passado vivido pelas populações originárias, aspecto que traduz a diversidade de experiências indígenas e as diferenças dentro do próprio jornal formado por indigenistas.

Em suma, argumentamos que o *Porantim* utilizou e agregou em suas matérias esses usos sobre o passado, e os debates em torno deste, de forma muito efetiva, colaborando nos

anos analisados para a divulgação desses aspectos entre o seu público. Pensando em possibilidades de ampliar as questões apresentadas no texto, seria interessante abordar o quanto essa abordagem esteve presente ou ausente em outras publicações contemporâneas, tanto na imprensa alternativa como nas grandes.

### Fontes

Hemeroteca do CIMI/Porantim. Disponível em:  
<http://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=HemeroIndio&pagfis=4381>  
Acesso em: 20 ago. 2024.

BESSA. José R. Um panfleto que virou jornal. **Porantim**, maio de 1988, p. 13.

MOURA. Antônio C. Mapuche – gente da terra. **Porantim**, dezembro de 1982, p. 8-9.

PORANTIM. Manaus, maio de 1978, p.1.

PORANTIM. Manaus, março de 1980, p. 6.

PORANTIM. Manaus, abril de 1980. p. 4.

PORANTIM. Manaus, agosto de 1980. p. 6-17.

PORANTIM. Manaus, setembro de 1980. p. 15.

PORANTIM. Manaus, janeiro- fevereiro de 1981, capa.

PORANTIM. Manaus, janeiro-fevereiro de 1982, p. 12- 15.

PORANTIM. Brasília, junho-julho de 1982, p. 17.

PORANTIM. Brasília, dezembro de 1982, p. 8-9.

PORANTIM. Brasília, janeiro-fevereiro, 1984, p. 17.

PORANTIM. Brasília, março, 1984, p. 14.

PORANTIM. Brasília, junho-julho, 1984, p. 18.

PORANTIM. Brasília, janeiro-fevereiro de 1985, p. 7.

PORANTIM. Brasília, abril de 1985, p. 12.

PORANTIM. Brasília, junho de 1985, p. 13.

PORANTIM. Brasília, maio de 1988, p. 13.

### Referências Bibliográficas

ASSMANN, Aleida. **Espaços da Recordação: formas e transformações da memória cultural**. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988.

BOUTON, Christophe. Responsabilidade pelo passado: lançando luz no debate sobre o “Dever de Memória” na França. **Revista Expedições**. Jan-jul. 2016. p. 271 –283.

CAPELATO, Maria Helena R. **A imprensa na história do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

- CATELA, Ludmila da Silva. De memoria largas y cortas: poder local y violencia em el Noroeste argentino. **Intersecciones**. v. 19, n. 2. dez., 2017. p. 426-442.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. O futuro da questão indígena. **Estudos avançados**, v. 8, n. 20, 1994. p. 121-136.
- CUSICANQUI, Silvia Rivera. **Oprimidos pero no vencidos: luchas del campesinado aymara e quechwa 1900-1980**. La Paz: La mirada Salvaje, 2010.
- DE LUCA, Tania Regina. A Revista do Brasil (1916-1944): notas de pesquisa. In: FERREIRA, Celso; BEZERRA, Holien. DE LUCA, Tania R. (Org.). **O historiador e seu tempo: encontros com a história**. São Paulo: Editora UNESP: ANPUH, 2008. p. 117-128.
- GANDRA, Edgar; NOBRE, Felipe. N. A mobilização pelos direitos indígenas na Constituição de 1988: articulações do conselho indigenista missionário e da união das nações indígenas através do Jornal Porantim (1985-1988). **Fronteiras**, v. 18, n. 32, 2016. p. 136–157.
- KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- LORENZ, Sônia da Silva. Sateré Mawé. **Povos Indígenas no Brasil**. Instituto Socioambiental (ISA). Out. 2015. Disponível em: [https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Sater%C3%A9\\_Maw%C3%A9](https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Sater%C3%A9_Maw%C3%A9) Acesso em: 10 jan. 2023.
- MARCHA DAS MULHERES INDÍGENAS. **Território: nosso corpo, nosso espírito**. Brasília – DF, 09 a 14 de agosto 2019.
- MOUILLAUD, Maurice. Da forma ao sentido. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (orgs.) **O Jornal: da forma ao sentido**. Brasília: EDUNB, 2002. p. 29-35.
- OLIVEIRA, João Pacheco de. FREIRE, Calos Augusto da Rocha. **A presença indígena na formação do Brasil**. Brasília: MEC/ LACED/Museu Nacional, 2006.
- PORTO ALEGRE. **Acervos: jornais, revistas e almanaques do Arquivo Histórico de Porto Alegre** Moysés Vellinho. Porto Alegre: AHPAMV, 2011.
- SABARU, Marcos. Máquina de moer História: marco temporal. **Articulação dos Povos Indígenas do Brasil**. APIB, 2022. Disponível em: <https://apiboficial.org/marco-temporal/> Consulta em: 06 jan. 2023.
- SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia da Letras, 2015.
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: **O Brasil republicano: o tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. v. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 243-282.
- VIEIRA, Regina. **O jornal Porantim e o indígena**. São Paulo: Annablume, 2000.